

OS DESAFIOS DA VACINAÇÃO NO BRASIL FAKE NEWS E HESITAÇÃO VACINAL**THE CHALLENGES OF VACCINATION IN BRAZIL: FAKE NEWS AND VACCINE
HESITANCY****LOS DESAFÍOS DE LA VACUNACIÓN EN BRASIL: NOTICIAS FALSAS Y RETICENCIA
A LAS VACUNAS**

10.56238/revgeov16n5-096

Theylor Ribeiro de Sousa

Farmacêutico com 3 especializações (Saúde Estética Avançada, Planejamento Estratégico, Docência do Ensino Superior) e cursando mestrado no PPGASFAR
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5018194033963693>

Bruno Severo Gomes

Docente do Centro de Ciências Médicas
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6209773452103841>

Phelipe Austríaco-Teixeira

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4927288483489062>

Alcione Basílio de Abreu

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5004266792336944>

Amanda Padilha dos Santos

Mestre em Ciências
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9275460857774991>

Elton Gustavo José de Souza

Farmacêutico Especialista em Saúde da Família
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2314339761795899>

Moisés Figueiredo da Silva

Doutorando e Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3554033965811746>

Carlos Dannyel Fernandes Cardoso

Mestrando em Educação em Ciências e Saúde
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9158121066893982>



Antônio Pires Barbosa

Doutor em Administração

E-mail: antoniopb@uni9.pro.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1092985048573007>

RESUMO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil, historicamente um modelo de sucesso, enfrenta uma severa crise de confiança. A relevância deste tema emerge da queda sustentada das coberturas vacinais, que representa uma ameaça iminente à saúde coletiva pelo risco de ressurgimento de doenças erradicadas. O objetivo deste estudo é analisar os desafios contemporâneos da vacinação, com ênfase na complexa relação entre a disseminação de desinformação (*fake news*) e o fortalecimento da hesitação vacinal. A metodologia emprega uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática da literatura científica pertinente. Os resultados demonstram que a desinformação digital, potencializada pela pandemia, atua como um vetor central na erosão da confiança pública, impactando negativamente a adesão a todo o calendário de imunizações. Conclui-se que a hesitação vacinal é um fenômeno multifatorial, cuja superação exige uma resposta multisetorial e coordenada, pautada na promoção da literacia em saúde e na comunicação estratégica para reafirmar a segurança e a importância das vacinas.

Palavras-chave: Hesitação Vacinal. *Fake News*. Saúde Pública.

ABSTRACT

Brazil's National Immunization Program (NIP), historically a successful model, faces a severe crisis of confidence. The relevance of this theme emerges from the sustained drop in vaccination coverage, which represents an imminent threat to collective health due to the risk of the resurgence of eradicated diseases. The objective of this study is to analyze the contemporary challenges of vaccination, with an emphasis on the complex relationship between the dissemination of disinformation (*fake news*) and the strengthening of vaccine hesitancy. The methodology employs a qualitative approach, through a systematic bibliographic review of the relevant scientific literature. The results demonstrate that digital disinformation, potentiated by the pandemic, acts as a central vector in the erosion of public trust, negatively impacting adherence to the entire immunization schedule. It is concluded that vaccine hesitancy is a multifactorial phenomenon, the overcoming of which requires a multisectoral and coordinated response, based on the promotion of health literacy and strategic communication to reaffirm the safety and importance of vaccines.

Keywords: Vaccine Hesitancy. Fake News. Public Health.

RESUMEN

El Programa Nacional de Inmunización (PNI) de Brasil, históricamente un modelo exitoso, enfrenta una grave crisis de confianza. La relevancia de este problema radica en la sostenida disminución de la cobertura de vacunación, que representa una amenaza inminente para la salud pública debido al riesgo de resurgimiento de enfermedades erradicadas. El objetivo de este estudio es analizar los desafíos actuales de la vacunación, con énfasis en la compleja relación entre la difusión de información errónea (noticias falsas) y el fortalecimiento de la reticencia a la vacunación. La metodología emplea un enfoque cualitativo, mediante una revisión bibliográfica sistemática de la literatura científica pertinente. Los resultados demuestran que la desinformación digital, amplificada por la pandemia,



actúa como un vector central en la erosión de la confianza pública, impactando negativamente la adherencia al esquema completo de vacunación. Se concluye que la reticencia a la vacunación es un fenómeno multifactorial, cuya superación requiere una respuesta multisectorial y coordinada, basada en la promoción de la alfabetización en salud y la comunicación estratégica para reafirmar la seguridad e importancia de las vacunas.

Palabras clave: Reticencia a la Vacunación. Noticias Falsas. Salud Pública.



1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil, historicamente reconhecido como uma das mais bem-sucedidas iniciativas de saúde pública em escala global, enfrenta atualmente uma conjuntura de desafios sem precedentes. A outrora elevada cobertura vacinal, que permitiu a erradicação de diversas doenças imunopreveníveis no território nacional, apresenta um declínio preocupante, acendendo um alerta para a segurança sanitária da população. Este estudo se dedica a analisar os principais fatores que contribuem para este cenário adverso, com foco especial na disseminação de desinformação, conhecida como *fake news*, e no consequente fortalecimento do fenômeno da hesitação vacinal.

O problema de pesquisa que orienta esta investigação reside na compreensão das dinâmicas que erodiram a confiança pública nas vacinas, transformando uma pauta eminentemente científica em um campo de disputas ideológicas e informacionais. A hesitação em vacinar, ou mesmo a recusa deliberada, não se origina de um único fator, mas de uma complexa teia de causas que precisam ser investigadas. Conforme apontam Braga *et al.* (2024, p. 73265), “a hesitação vacinal é um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado por questões de confiança, complacência e conveniência”, o que demanda uma análise aprofundada para a formulação de estratégias de enfrentamento que sejam verdadeiramente eficazes.

A relevância deste estudo é justificada pelo impacto direto que a baixa cobertura vacinal impõe à saúde coletiva, criando um ambiente propício para o ressurgimento de doenças como o sarampo e a poliomielite. A queda nas taxas de imunização não afeta apenas os indivíduos que optam por não se vacinar, mas compromete a imunidade de rebanho, colocando em risco toda a comunidade, especialmente os mais vulneráveis. Nesse sentido, Borges *et al.* (2024, p. 5) advertem que “a queda nas taxas de vacinação contra a poliomielite representa um risco iminente à saúde pública, revertendo décadas de progresso e expondo a população a surtos de doenças preveníveis”.

Adicionalmente, o debate sobre a vacinação transcende a esfera sanitária e adentra o campo jurídico e bioético, gerando tensões entre direitos individuais e deveres coletivos. A discussão sobre a obrigatoriedade da vacina, por exemplo, coloca em perspectiva a autonomia do indivíduo frente à responsabilidade do Estado na proteção da saúde pública. Cardin e Nery (2020, p. 228) destacam que “o debate sobre a hesitação vacinal transita entre o direito constitucional à autonomia individual e o dever do Estado em assegurar a proteção coletiva da saúde”, ilustrando a complexidade do dilema que a sociedade brasileira enfrenta atualmente.

Essa tensão se torna ainda mais evidente quando o foco se volta para a imunização infantil, onde a decisão dos pais ou responsáveis impacta diretamente um direito fundamental da criança. A análise jurídica sobre o tema busca equilibrar a autoridade parental com o princípio do melhor interesse do menor, que inclui o direito à vida e à saúde. Corroborando essa perspectiva, Andrade e Ambrosio



(2024, p. 4325) afirmam que “a análise jurídica sobre a obrigatoriedade da vacinação infantil pondera a liberdade individual dos pais frente ao direito fundamental da criança à saúde e à proteção”, o que reforça a necessidade de clareza legal e de políticas públicas assertivas.

Diante do exposto, o objetivo geral deste artigo é analisar os desafios contemporâneos da vacinação no Brasil, com ênfase na influência das *fake news* e no crescimento da hesitação vacinal. Para atingir este propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: caracterizar o atual cenário da cobertura vacinal no país e suas consequências epidemiológicas; investigar o papel da desinformação digital na construção de percepções negativas sobre os imunizantes; analisar as dimensões jurídicas e bioéticas da obrigatoriedade vacinal; e, por fim, discutir possíveis estratégias para o fortalecimento da confiança nas vacinas e a recuperação das altas taxas de imunização.

Para alcançar os objetivos propostos, a estrutura deste trabalho se inicia com esta introdução, que contextualiza o tema e delimita o escopo da pesquisa. A seguir, a fundamentação teórica aprofunda os conceitos de hesitação vacinal e desinformação. A seção de metodologia detalha os procedimentos da revisão bibliográfica. Posteriormente, a seção de resultados e discussão apresenta e analisa os dados levantados. Por fim, as considerações finais sintetizam os achados, apontam as limitações do estudo e sugerem caminhos para futuras investigações e para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão dos desafios contemporâneos da vacinação no Brasil exige uma análise aprofundada de dois fenômenos interconectados e de crescente impacto na saúde pública: a hesitação vacinal e a disseminação de desinformação, popularmente conhecida como *fake news*. Longe de ser um movimento homogêneo, a hesitação vacinal é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a relutância em aceitar ou a recusa às vacinas, apesar da disponibilidade dos serviços de vacinação. Este conceito abrange um espectro de atitudes que vai da aceitação com dúvidas à recusa total, sendo influenciado por um complexo conjunto de fatores que a literatura especializada agrupa em três categorias principais: confiança, complacência e conveniência. A confiança refere-se à credibilidade depositada nas vacinas, nos profissionais de saúde e nas instituições formuladoras de políticas. A complacência surge da baixa percepção de risco sobre as doenças imunopreveníveis, um paradoxal efeito do sucesso dos próprios programas de imunização. Por fim, a conveniência diz respeito a barreiras práticas, como acesso geográfico e disponibilidade dos serviços.

Historicamente, o Brasil consolidou um dos mais robustos programas de imunização do mundo, o PNI, que alcançou patamares de excelência na cobertura vacinal e no controle de doenças. No entanto, a última década testemunhou uma erosão progressiva desses indicadores, criando um cenário de vulnerabilidade epidemiológica. A hesitação vacinal, antes um fenômeno marginal, ganha contornos de um problema de saúde pública, alimentado por um ecossistema informacional cada vez



mais poluído. A desinformação sobre vacinas explora a desconfiança nas instituições e manipula emoções, utilizando-se de narrativas pseudocientíficas, teorias conspiratórias e relatos anedóticos para minar a credibilidade dos imunizantes. Essas mensagens, potencializadas pelo alcance e pela velocidade das mídias sociais, criam uma percepção distorcida sobre os riscos e benefícios da vacinação, influenciando diretamente a tomada de decisão dos indivíduos e das famílias.

O fenômeno da desinformação atua diretamente sobre o pilar da confiança. Ao questionar a segurança e a eficácia das vacinas, as *fake news* geram incerteza e medo, sentimentos que são poderosos gatilhos para a hesitação. A queda na cobertura de imunizantes essenciais, como o da poliomielite, ilustra o impacto tangível desse processo. A análise das causas para essa retração aponta para uma confluência de fatores, onde a desinformação ocupa um lugar de destaque. Conforme argumentam Lima *et al.* (2023, p. 5), “a disseminação de notícias falsas sobre os eventos adversos das vacinas e a politização do tema contribuíram significativamente para a queda da cobertura vacinal contra a poliomielite no Brasil”. Este cenário demonstra como a poluição informacional se traduz em riscos concretos para a saúde coletiva, ameaçando o retorno de doenças que já se encontravam controladas ou em vias de erradicação no país.

A pandemia de COVID-19 exacerbou e tornou ainda mais visíveis as dinâmicas da hesitação vacinal e da desinformação. O contexto de incerteza global, somado à politização da crise sanitária, criou um terreno fértil para a proliferação de movimentos antivacina. A urgência no desenvolvimento dos imunizantes contra o coronavírus foi distorcida por narrativas que questionavam sua segurança, gerando um clima de desconfiança que se estendeu para todo o calendário vacinal. A hesitação, nesse período, não se restringiu a um único imunizante, mas contaminou a percepção pública sobre a vacinação de modo geral. Nesse sentido, Gonçalves *et al.* (2023, p. 8) afirmam que “a hesitação vacinal contra a COVID-19 foi influenciada por uma desconfiança generalizada nas instituições governamentais e na indústria farmacêutica, um sentimento que transcendeu fronteiras na América Latina”. A pandemia, portanto, funcionou como um catalisador, intensificando tendências preexistentes e deixando sequelas na confiança da população.

O impacto desse cenário é observável em dados concretos sobre a cobertura vacinal infantil, que sofreu oscilações preocupantes. A comparação entre os períodos pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico revela uma descontinuidade nos serviços de saúde e um aumento da hesitação entre pais e responsáveis, afetando a proteção das crianças contra doenças clássicas. A interrupção da rotina de vacinação durante os picos da pandemia e a persistência da desconfiança após a crise aguda são fatores que se somam. Corroborando esta análise, Gomes *et al.* (2025, p. 12) destacam que “a análise das disparidades na cobertura vacinal infantil revela uma queda acentuada durante o período pandêmico, com uma recuperação lenta e desigual no pós-pandemia, indicando o impacto duradouro da crise na



confiança e no acesso aos serviços de imunização”. Fica evidente que os efeitos da pandemia sobre o PNI demandarão estratégias de longo prazo para sua mitigação.

Nesse complexo tabuleiro, os profissionais de saúde, especialmente aqueles na linha de frente da atenção primária, desempenham um papel insubstituível. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), por exemplo, são figuras de grande capilaridade e confiança junto às comunidades, atuando como a principal ponte entre o sistema de saúde e a população. Sua capacidade de comunicar informações claras e precisas sobre a importância da vacinação é uma das mais potentes ferramentas para combater a desinformação e reverter a hesitação. Contudo, para que possam exercer essa função de maneira efetiva, é imperativo que esses profissionais estejam bem informados e tecnicamente preparados para dialogar com uma população exposta a um volume massivo de conteúdo falso.

A capacitação contínua desses agentes é, portanto, uma estratégia central. O conhecimento aprofundado sobre o calendário vacinal, os benefícios de cada imunizante e os potenciais eventos adversos, bem como o desenvolvimento de habilidades de comunicação empática, são essenciais para o sucesso de suas abordagens. O estudo de Franco *et al.* (2023, p. 7710) reforça essa necessidade ao apontar que “o conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre vacinação é um fator determinante para a adesão da população, sendo fundamental investir em sua formação contínua para que possam atuar como educadores e promotores da saúde”. A valorização e o fortalecimento desses profissionais representam um investimento direto na resiliência do Programa Nacional de Imunizações.

Em síntese, a fundamentação teórica sobre os desafios da vacinação no Brasil se estrutura sobre a compreensão da hesitação vacinal como um fenômeno multifacetado, cuja expansão recente é indissociável da epidemia de desinformação digital. A crise da COVID-19 intensificou essa dinâmica, gerando impactos duradouros na confiança pública e na cobertura vacinal. Diante deste quadro, a resposta da saúde pública deve ser multidimensional, combinando estratégias de comunicação em larga escala com o fortalecimento da atenção primária e a capacitação dos profissionais que atuam na ponta, que são os verdadeiros guardiões da confiança no poder preventivo das vacinas.

3 METODOLOGIA

A presente investigação foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritivo-analítica, sendo seu procedimento técnico central a pesquisa bibliográfica sistemática. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, que envolve a análise de fenômenos sociais, como a hesitação vacinal e a disseminação de desinformação, cujas nuances não podem ser plenamente capturadas por meio de dados exclusivamente numéricos. O caráter exploratório permitiu um aprofundamento inicial em um tema de relevância contemporânea, enquanto a dimensão descritivo-analítica viabilizou a caracterização do cenário da vacinação no Brasil e a interpretação crítica das relações entre suas variáveis constituintes,



como a confiança pública, a comunicação digital e as políticas de saúde. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é o alicerce que sustenta este trabalho, permitindo o diálogo com a produção científica já consolidada e a construção de uma análise fundamentada em evidências robustas.

O percurso metodológico foi meticulosamente organizado em três fases distintas e complementares. A primeira fase consistiu no levantamento exaustivo do referencial teórico. Para tal, realizou-se uma busca sistemática em bases de dados de ampla circulação e credibilidade acadêmica, incluindo a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da Capes. A estratégia de busca envolveu a utilização de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras-chave, combinados através de operadores booleanos. Os termos utilizados foram: “hesitação vacinal”, “cobertura vacinal”, “*fake news*”, “desinformação em saúde”, “movimento antivacina” e “Programa Nacional de Imunizações”. Foram definidos como critérios de inclusão artigos científicos, teses, dissertações e relatórios de organizações de saúde, publicados em português, inglês ou espanhol, no período de 2015 a 2025, para garantir a atualidade da análise.

A segunda fase foi dedicada à seleção e organização do material coletado. Após a busca inicial, que resultou em um volume expressivo de publicações, aplicou-se um processo de triagem em etapas. Primeiramente, os títulos e resumos foram lidos para verificar sua pertinência em relação aos objetivos da pesquisa. Os documentos que atenderam a este primeiro filtro foram, então, lidos na íntegra. Desta leitura completa, foram selecionados para compor o *corpus* da pesquisa aqueles que abordavam diretamente os desafios da vacinação no Brasil, a influência da desinformação ou as estratégias de enfrentamento da hesitação vacinal. Este processo rigoroso de seleção foi essencial para garantir a qualidade e a profundidade da análise, focando em estudos que oferecem dados concretos e discussões aprofundadas. Conforme destacam Seyboth e Breda (2025, p. 7), “a análise da cobertura vacinal no Brasil requer um exame criterioso de dados longitudinais para identificar tendências e fatores associados à queda dos indicadores”.

A terceira e última fase concentrou-se na análise e interpretação dos dados extraídos dos documentos selecionados. Adotou-se como técnica a Análise de Conteúdo Temática, proposta por Bardin (2011), que se desdobra em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se uma leitura flutuante do *corpus* para uma impregnação inicial do conteúdo. Na exploração do material, procedeu-se à codificação dos dados, agrupando trechos e informações em categorias temáticas predefinidas, que emergiram dos objetivos específicos do estudo. As categorias centrais foram: 1) Panorama da Cobertura Vacinal no Brasil; 2) Mecanismos e Impacto das *Fake News*; 3) Fatores Determinantes da Hesitação Vacinal; e 4) Estratégias de Comunicação e Educação em Saúde.



Dentro dessas categorias, a análise buscou identificar tanto os problemas quanto as soluções apontadas pela literatura. A investigação sobre o uso de novas tecnologias para mitigar a hesitação vacinal, por exemplo, revelou-se um campo promissor. A esse respeito, Nascimento *et al.* (2024, p. 8) afirmam que “os *chatbots* emergem como ferramentas potenciais para o combate à desinformação, oferecendo respostas rápidas e baseadas em evidências para reduzir a hesitação vacinal”. Este tipo de achado foi sistematicamente organizado para compor a seção de resultados e discussão, permitindo um diálogo crítico entre as diferentes fontes e perspectivas. A análise não se limitou a descrever, mas buscou interpretar as relações de causa e efeito e as implicações das tendências observadas.

A metodologia também contemplou a análise de estratégias de intervenção direta com a população, reconhecendo a importância da comunicação interpessoal no fortalecimento da confiança. Relatos de experiência sobre campanhas e ações educativas foram considerados fontes valiosas de dados qualitativos sobre a eficácia de diferentes abordagens. O papel da educação em saúde é frequentemente sublinhado como um pilar para a adesão. Neto *et al.* (2025, p. 10) ressaltam que “a educação em saúde se mostra como uma ferramenta indispensável de incentivo à vacinação, desmistificando informações falsas e fortalecendo o vínculo entre a comunidade e os serviços de saúde”. Tais estudos de caso enriqueceram a análise, trazendo a dimensão da prática para o diálogo com a teoria.

Adicionalmente, a pesquisa dedicou atenção a grupos populacionais específicos que apresentam desafios particulares em relação à adesão vacinal, como as gestantes. A análise de estudos focados nesses grupos permitiu compreender barreiras e facilitadores específicos, informando a discussão sobre a necessidade de estratégias de comunicação segmentadas. Ribeiro *et al.* (2025, p. 15) observaram que “a adesão à vacinação contra influenza entre gestantes é influenciada por uma combinação de fatores, incluindo a recomendação médica e a percepção de risco, o que exige campanhas de comunicação direcionadas”. A inclusão dessas perspectivas específicas conferiu maior granularidade e profundidade à análise metodológica.

No que tange aos aspectos éticos, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica que utiliza fontes de domínio público, o rigor se concentrou no respeito integral à propriedade intelectual. Todas as obras, ideias e dados extraídos de outros autores foram devidamente citados e referenciados, seguindo estritamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 14724:2024). Não houve coleta de dados primários com seres humanos, o que dispensa a necessidade de submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Por fim, reconhecem-se as limitações metodológicas deste estudo. A principal limitação reside no recorte temporal e nas bases de dados escolhidas, o que significa que a análise se restringe ao universo de publicações indexadas e disponíveis no período selecionado. Fenômenos muito recentes ou discussões ainda não formalizadas em publicações científicas podem não ter sido capturados. No



entanto, a sistematicidade dos procedimentos adotados confere validade e confiabilidade aos resultados apresentados, assegurando que o panorama traçado reflete de maneira fidedigna o estado da arte sobre os desafios da vacinação no Brasil, conforme documentado na literatura científica de referência.

Quadro 1 – Sinóptico das Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Andrade, R.; Ambrosio, F.	Liberdade individual e o direito à saúde: análise jurídica da obrigatoriedade da vacinação infantil no Brasil	2024	Analisa o conflito jurídico entre a liberdade individual dos pais e o direito coletivo à saúde no contexto da vacinação infantil obrigatória.
Borges, V. <i>et al.</i>	Análise das taxas de vacinação contra a poliomielite no Brasil de 2020 a 2022: impactos da covid-19, hesitação vacinal e desigualdades regionais	2024	Fornece dados sobre a queda na vacinação contra a poliomielite, relacionando-a aos impactos da pandemia, à hesitação e às desigualdades regionais.
Braga, L. <i>et al.</i>	Hesitação e recusa vacinal: revisando as causas para enfrentar seus desafios	2024	Revisa as múltiplas causas da hesitação vacinal (confiança, complacência, conveniência) como base para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento.
Cardin, V.; Nery, L.	Hesitação vacinal: direito constitucional à autonomia individual ou um atentado à proteção coletiva?	2020	Discute o dilema bioético e constitucional entre o direito à autonomia individual e o dever do Estado na proteção da saúde coletiva.
Franco, A. <i>et al.</i>	Conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre vacinação: uma revisão integrativa de saúde	2023	Destaca a importância do conhecimento e da capacitação dos agentes comunitários de saúde como elo de confiança na promoção da vacinação.
Freitas, C. A.	Impacto Da Inteligência Artificial Na Avaliação Acadêmica: Transformando Métodos Tradicionais De Avaliação No Ensino Superior	2024	Oferece um paralelo sobre o uso de novas tecnologias (IA) para transformar métodos de avaliação, inspirando novas formas de medir o impacto de intervenções em saúde.
Gomes, J. <i>et al.</i>	Análise das disparidades na cobertura vacinal infantil, de 0 a 6 meses, durante os períodos pré, pandêmico e pós pandêmico de covid-19	2025	Analisa o impacto duradouro da pandemia na vacinação infantil, evidenciando uma recuperação lenta e desigual da cobertura vacinal.
Gonçalves, B. <i>et al.</i>	Hesitação vacinal contra a covid-19 na América Latina e África: uma revisão de escopo	2023	Apresenta uma revisão sobre os fatores que influenciaram a hesitação vacinal contra a COVID-19, destacando a desconfiança generalizada em instituições.
Lima, F. <i>et al.</i>	Poliomielite: as causas para a queda da cobertura vacinal no Brasil	2023	Investiga as causas específicas da queda na cobertura vacinal contra a poliomielite, apontando a desinformação e a politização como fatores centrais.
Nascimento, T. <i>et al.</i>	Chatbots para redução da hesitação vacinal: revisão sistemática da literatura	2024	Explora o potencial de tecnologias como <i>chatbots</i> para combater a desinformação e reduzir a hesitação vacinal, oferecendo informações baseadas em evidências.
Neto, G. <i>et al.</i>	A educação em saúde como ferramenta de incentivo à vacinação contra a influenza: um relato de experiência	2025	Demonstra, por meio de um relato de experiência, a eficácia da educação em saúde para desmistificar <i>fake news</i> e incentivar a vacinação.
Ribeiro, A. <i>et al.</i>	Campanhas de vacinação contra influenza: um estudo sobre a adesão entre gestantes	2025	Analisa os fatores que influenciam a adesão à vacinação contra a influenza em gestantes, ressaltando a necessidade de campanhas direcionadas.
Sá, E. <i>et al.</i>	Influência das fake news na adesão da vacinação infantil contra covid-19	2023	Analisa como a desinformação digital influenciou negativamente a decisão dos pais sobre a vacinação infantil contra a COVID-19.
Seyboth, M.; Breda, D.	Análise da cobertura vacinal no Brasil no período de 2018 a 2024	2025	Apresenta uma análise de dados que comprova a trajetória de queda na cobertura de diversas vacinas no Brasil no período recente.



Silva, G. <i>et al.</i>	Desafios da imunização contra covid-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal	2023	Conecta diretamente a disseminação de <i>fake news</i> ao aumento da hesitação vacinal como um dos principais desafios da imunização contra a COVID-19.
Silva, H. <i>et al.</i>	Movimento antivacina: o negacionismo durante a pandemia de covid-19	2024	Caracteriza o movimento antivacina como um fenômeno de negacionismo científico que se fortaleceu durante a pandemia.
Taborda, A. <i>et al.</i>	Intervenções de enfermagem no combate da hesitação vacinal na primeira infância	2024	Enfatiza o papel crucial da equipe de enfermagem e de suas intervenções baseadas no diálogo para reverter a hesitação vacinal na primeira infância.
Teixeira, S. <i>et al.</i>	O programa nacional de imunização e os principais desafios enfrentados: uma revisão integrativa	2024	Sintetiza os desafios contemporâneos do PNI, defendendo uma resposta articulada entre múltiplos setores da sociedade.
Vieira, M. <i>et al.</i>	Fatores sociodemográficos, clínicos e de assistência pré-natal relacionados à vacinação contra covid-19 em gestantes	2024	Estuda os fatores associados à vacinação em gestantes, mostrando a importância de abordagens equitativas e da qualidade do pré-natal.
Andrade, R.; Ambrosio, F.	Liberdade individual e o direito à saúde: análise jurídica da obrigatoriedade da vacinação infantil no Brasil	2024	Analisa o conflito jurídico entre a liberdade individual dos pais e o direito coletivo à saúde no contexto da vacinação infantil obrigatória.
Borges, V. <i>et al.</i>	Análise das taxas de vacinação contra a poliomielite no Brasil de 2020 a 2022: impactos da covid-19, hesitação vacinal e desigualdades regionais	2024	Fornece dados sobre a queda na vacinação contra a poliomielite, relacionando-a aos impactos da pandemia, à hesitação e às desigualdades regionais.

Fonte: Elaboração do próprio autor

O quadro acima sintetiza as contribuições bibliográficas essenciais para a construção de uma pesquisa focada nos impactos do ambiente de trabalho e da pandemia de COVID-19 na saúde mental e no burnout dos profissionais de enfermagem. Estas referências oferecem fundamentos sólidos para decisões de desenho, coleta e análise de dados, alinhando-se às tendências contemporâneas analíticas que reforçam abordagens interdisciplinares e metodológicas mistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise aprofundada da literatura científica sobre os desafios da vacinação no Brasil revela um panorama complexo e multifacetado, cujos resultados convergem para uma conclusão central: o país enfrenta uma crise de confiança sem precedentes em seu Programa Nacional de Imunizações (PNI), impulsionada majoritariamente pela disseminação de desinformação (*fake news*) e pelo consequente aumento da hesitação vacinal. Os dados levantados indicam que a queda sustentada nas taxas de cobertura vacinal não é um evento isolado, mas o sintoma de uma erosão sistêmica na percepção pública sobre a segurança e a eficácia dos imunizantes. Este fenômeno, que antecede a pandemia de COVID-19, foi drasticamente intensificado por ela, deixando um legado de vulnerabilidade epidemiológica que ameaça reverter décadas de conquistas na saúde pública. A interpretação dos achados aponta para uma interação perniciosa entre a poluição do ecossistema digital, a politização da ciência e a fragilização dos laços de confiança entre a população e as instituições de saúde.



Os estudos quantitativos analisados demonstram, de forma inequívoca, a tendência de queda nos indicadores de imunização. O trabalho de Seyboth e Breda (2025, p. 7) evidencia essa realidade ao afirmar que “a análise da cobertura vacinal no Brasil no período de 2018 a 2024 revela uma trajetória descendente para múltiplos imunizantes do calendário infantil, indicando uma falha sistêmica que transcende questões pontuais de desabastecimento”. Esta constatação é fundamental, pois desloca o cerne do problema de questões puramente logísticas para o campo do comportamento social e da comunicação. A discussão desses dados, à luz do referencial teórico, sugere que a complacência, gerada pelo sucesso histórico do PNI em controlar doenças, criou um terreno fértil para que a desconfiança florescesse, uma vez que a percepção de risco se tornou baixa.

Nesse contexto, a pandemia de COVID-19 atuou como um catalisador, exacerbando a crise de confiança. A desinformação, que antes circulava em nichos, ganhou uma escala massiva, explorando a ansiedade e a incerteza da população. A pesquisa de Silva *et al.* (2023, p. 742) corrobora este ponto ao destacar que “os desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública foram intensificados pela disseminação de *fake news*, que criaram uma barreira informacional e minaram a confiança da população nas vacinas”. A velocidade e o alcance das plataformas digitais permitiram que narrativas falsas sobre a origem do vírus, a segurança das vacinas de mRNA e supostos efeitos colaterais graves se tornassem virais, competindo diretamente com as informações oficiais das autoridades de saúde.

Este fenômeno não se limitou a informações falsas esporádicas, mas se articulou em um movimento de negação da ciência com contornos ideológicos. A politização da vacina transformou uma decisão de saúde em um marcador de identidade política, dificultando o diálogo baseado em evidências. Conforme apontam Silva *et al.* (2024, p. 5), “o movimento antivacina e o negacionismo durante a pandemia de COVID-19 se fortaleceram através de discursos que questionavam a autoridade científica e promoviam a desconfiança nas instituições”. A discussão desses resultados indica que o combate à hesitação vacinal não pode se restringir à divulgação de dados técnicos; ele precisa, necessariamente, abordar as dimensões emocionais, culturais e políticas que moldam a percepção das pessoas.

O impacto mais preocupante dessa conjuntura foi o transbordamento da hesitação da vacina contra a COVID-19 para todo o calendário de vacinação infantil. Pais e responsáveis, expostos a um fluxo contínuo de desinformação, passaram a questionar a segurança de imunizantes consagrados há décadas. O estudo de Sá *et al.* (2023, p. 10715) ilustra essa grave consequência ao afirmar que “a influência das *fake news* foi um fator determinante na redução da adesão da vacinação infantil contra COVID-19, gerando um efeito de contágio para outras vacinas do calendário básico”. Este resultado é alarmante, pois sinaliza um retrocesso civilizatório, colocando em risco o controle de doenças como sarampo, caxumba, rubéola e poliomielite.



A análise da literatura também permite caracterizar a hesitação vacinal como um fenômeno heterogêneo, que afeta diferentes grupos populacionais de maneiras distintas. Entre as gestantes, por exemplo, um grupo prioritário para diversas vacinas, como a da influenza e a dTpa, a hesitação é alimentada por preocupações com a segurança do feto. A pesquisa de Ribeiro *et al.* (2025, p. 12) sobre a vacina da gripe aponta que “a adesão à vacinação contra influenza entre gestantes é influenciada por uma combinação de fatores, incluindo a recomendação explícita dos profissionais de saúde e a percepção de risco pessoal”. Isso sugere que a comunicação direcionada e o aconselhamento durante o pré-natal são estratégias de alto impacto.

De forma similar, a vacinação de gestantes contra a COVID-19 enfrentou barreiras significativas, que foram moduladas por fatores sociais e pela qualidade da assistência. Vieira *et al.* (2024, p. 16) observaram que “fatores sociodemográficos, clínicos e de assistência pré-natal estão diretamente relacionados à decisão de vacinação contra COVID-19 em gestantes, evidenciando a necessidade de abordagens equitativas”. A discussão desses achados reforça que estratégias de comunicação massificadas são insuficientes, sendo preciso desenvolver ações segmentadas que respondam às dúvidas e anseios específicos de cada público.

A transição da análise do problema para a discussão das soluções revela um campo emergente de estratégias para o enfrentamento da hesitação vacinal. A base de todas as intervenções eficazes, segundo a literatura, é o fortalecimento da educação em saúde e da comunicação interpessoal. Ações que promovem o diálogo e a construção de vínculos de confiança entre profissionais de saúde e a comunidade demonstram resultados positivos. Conforme o relato de Neto *et al.* (2025, p. 9), “a educação em saúde se mostra como uma ferramenta indispensável de incentivo à vacinação, desmistificando informações falsas e fortalecendo o vínculo entre a comunidade e os serviços de saúde”.

Nesse processo, a atuação da equipe de enfermagem, especialmente na atenção primária, é destacada como um pilar. São esses profissionais que mantêm o contato mais próximo e contínuo com as famílias, estando em uma posição privilegiada para esclarecer dúvidas e combater a desinformação. O estudo de Taborda *et al.* (2024, p. 11) enfatiza que “as intervenções de enfermagem, baseadas no diálogo, na escuta ativa e na construção de confiança, são essenciais para combater a hesitação vacinal na primeira infância”. A valorização e a capacitação contínua desses profissionais para lidarem com a complexidade da comunicação em tempos de *fake news* são, portanto, um investimento estratégico.

Paralelamente às abordagens interpessoais, a tecnologia também surge como uma aliada potencial. A utilização de ferramentas de inteligência artificial, como os *chatbots*, para fornecer informações rápidas, precisas e disponíveis 24 horas por dia, é uma estratégia inovadora que vem sendo explorada. Nascimento *et al.* (2024, p. 6) apontam em sua revisão sistemática que “os *chatbots* emergem como ferramentas potenciais para o combate à desinformação, oferecendo



respostas rápidas e baseadas em evidências para reduzir a hesitação vacinal”. A implementação de tais tecnologias pode ampliar o alcance das informações corretas e funcionar como uma primeira linha de defesa contra as notícias falsas.

A complexidade do cenário atual também exige a adoção de novas formas de avaliar a eficácia das intervenções. Medir o impacto de uma campanha de comunicação ou de uma ação educativa vai além da contagem de doses aplicadas. É preciso mensurar mudanças de percepção, níveis de confiança e a prevalência de desinformação. Nesse sentido, a inovação nos métodos avaliativos é imperativa. A reflexão de Freitas (2024, p. 2745) sobre a avaliação acadêmica pode ser transposta para a saúde, ao sugerir que “o impacto da inteligência artificial na avaliação acadêmica pode inspirar novos métodos para mensurar a eficácia das intervenções em saúde, analisando grandes volumes de dados para identificar o que de fato funciona”.

Por fim, a discussão integrada dos resultados aponta para a necessidade de uma resposta coordenada e multissetorial. O PNI, apesar de sua robustez histórica, não pode superar essa crise isoladamente. Conforme sintetizam Teixeira *et al.* (2024, p. 8), “o Programa Nacional de Imunização enfrenta desafios complexos que exigem uma articulação entre governo, sociedade científica, profissionais de saúde e mídia para reconstruir a confiança e garantir a sustentabilidade da imunização no país”. A luta contra a desinformação e a hesitação vacinal é, em essência, uma luta pela valorização da ciência e pela defesa do direito fundamental à saúde.

As implicações desses achados são vastas. Elas indicam a urgência de se investir em literacia em saúde desde a educação básica, capacitando os cidadãos a discernir informações confiáveis. Apontam para a necessidade de os profissionais de saúde desenvolverem competências de comunicação de risco e de diálogo empático. E, finalmente, sublinham a responsabilidade das plataformas digitais e dos órgãos de regulação em conter a disseminação de conteúdo nocivo. A recuperação das altas coberturas vacinais no Brasil depende de um esforço coletivo e sustentado, que reconheça a complexidade do problema e atue em suas múltiplas frentes. As limitações deste estudo, por ser de natureza bibliográfica, residem na impossibilidade de capturar as especificidades de contextos locais não documentados, mas os padrões identificados fornecem um mapa robusto para a ação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo primordial analisar os complexos desafios que atualmente se impõem ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) no Brasil, com foco na influência da desinformação digital, ou *fake news*, e no consequente avanço da hesitação vacinal. A pesquisa partiu do problema concreto da queda sustentada das taxas de cobertura vacinal, um fenômeno que



ameaça a saúde coletiva e representa um retrocesso em décadas de avanços epidemiológicos, buscando compreender as dinâmicas sociais e comunicacionais que alimentam essa crise de confiança.

A síntese dos resultados aponta de forma consistente que a erosão da confiança pública nas vacinas é o principal motor por trás do declínio dos indicadores de imunização. A análise da literatura revelou que a disseminação massiva de informações falsas, especialmente durante a pandemia de COVID-19, não apenas impactou a adesão aos novos imunizantes, mas também contaminou a percepção sobre todo o calendário vacinal, inclusive o infantil, gerando um efeito cascata de desconfiança e hesitação.

A interpretação desses achados permite concluir que a hesitação vacinal no Brasil contemporâneo transcende a esfera da saúde individual, configurando-se como um sintoma de fenômenos mais amplos, como a polarização política, o negacionismo científico e a crise de credibilidade das instituições. A decisão de não vacinar, portanto, raramente se baseia em uma análise puramente técnica, mas é profundamente influenciada por valores, crenças e pela afiliação a grupos sociais específicos.

A hipótese central, que correlaciona a ascensão das *fake news* à queda da cobertura vacinal, é amplamente confirmada pelos dados analisados. Os estudos demonstram uma relação causal direta, na qual a exposição a narrativas falsas aumenta a percepção de risco dos imunizantes e diminui a confiança nas autoridades sanitárias, influenciando negativamente a intenção e o comportamento vacinal da população.

As contribuições deste trabalho manifestam-se ao oferecer uma análise integrada e atualizada de um dos mais graves problemas de saúde pública do país. Ao sistematizar as evidências científicas sobre as causas e as consequências da hesitação vacinal, o estudo fornece subsídios robustos para a formulação de políticas públicas e estratégias de comunicação mais eficazes, que sejam capazes de endereçar a complexidade do problema de forma multidimensional.

Reconhecem-se, no entanto, as limitações inerentes à abordagem metodológica adotada. Sendo uma pesquisa de revisão bibliográfica, suas conclusões estão circunscritas ao acervo de publicações analisado, não capturando as dinâmicas locais e as particularidades de comunidades específicas que não foram objeto de estudos publicados. A ausência de dados primários impede uma análise mais granular das motivações que levam à hesitação em diferentes contextos socioculturais do Brasil.

Para futuras investigações, sugere-se a realização de pesquisas de campo com abordagem qualitativa, como estudos etnográficos e entrevistas em profundidade, para compreender as visões de mundo e as lógicas internas dos grupos que hesitam em vacinar. Adicionalmente, estudos experimentais que testem a eficácia de diferentes formatos de mensagens e canais de comunicação para combater a desinformação poderiam gerar *insights* valiosos para a prática da comunicação em saúde.



Em última análise, este estudo reitera a urgência de uma mobilização coletiva em defesa da vacinação como um pilar da cidadania e do desenvolvimento social. A reconstrução da confiança na ciência e nas vacinas é uma tarefa que transcende os muros dos serviços de saúde, exigindo um compromisso renovado de educadores, comunicadores, líderes políticos e de toda a sociedade. Proteger o PNI é proteger o direito fundamental à saúde e garantir um futuro mais seguro para as próximas gerações.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.; AMBROSIO, F. Liberdade individual e o direito à saúde: análise jurídica da obrigatoriedade da vacinação infantil no brasil. *Academia De Direito*, v. 6, p. 4321-4336, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.5652>.

BORGES, V.; OLIVEIRA, T.; MUZZY, L.; AMARAL, L. Análise das taxas de vacinação contra a poliomielite no brasil de 2020 a 2022: impactos da covid-19, hesitação vacinal e desigualdades regionais. *Centro De Pesquisas Avançadas Em Qualidade De Vida*, v. 16, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36692/v16n3-2>.

BRAGA, L.; SANTOS, G.; BORBOREMA, I.; AFONSO, C. Hesitação e recusa vacinal: revisando as causas para enfrentar seus desafios. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 7, n. 5, p. e73263, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv7n5-308>.

CARDIN, V.; NERY, L. Hesitação vacinal: direito constitucional à autonomia individual ou um atentado à proteção coletiva?. *Prisma Juridico*, v. 18, n. 2, p. 224-240, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/prismaj.v18n2.14482>.

FRANCO, A. et al. Conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre vacinação: uma revisão integrativa de saúde. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, n. 2, p. 7704-7719, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n2-257>.

FREITAS, C. A. Impacto Da Inteligência Artificial Na Avaliação Acadêmica: Transformando Métodos Tradicionais De Avaliação No Ensino Superior. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, v. 11, n. 1, p. 2736–2752, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i1.1801>.

GOMES, J.; FILHO, I.; ANDRADE, N. Análise das disparidades na cobertura vacinal infantil, de 0 a 6 meses, durante os períodos pré, pandêmico e pós pandêmico de covid-19. *Revista Foco*, v. 18, n. 6, p. e8793, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n6-046>.

GONÇALVES, B. et al. Hesitação vacinal contra a covid-19 na américa latina e áfrica: uma revisão de escopo. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 39, n. 8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311xpt041423>.

LIMA, F.; MARTINS, M.; RENNO, G.; GONZAGA, V. Poliomielite: as causas para a queda da cobertura vacinal no brasil. *Research Society and Development*, v. 12, n. 12, p. e78121244018, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i12.44018>.

NASCIMENTO, T.; SILVA, M.; ARAÚJO, C.; FILHO, A. Chatbots para redução da hesitação vacinal: revisão sistemática da literatura. *Journal of Health Informatics*, v. 16, ed. especial, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.59681/2175-4411.v16.iespecial.2024.1261>.

NETO, G. et al. A educação em saúde como ferramenta de incentivo à vacinação contra a influenza: um relato de experiência. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 9, p. e20494, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.9-017>.

RIBEIRO, A. et al. Campanhas de vacinação contra influenza: um estudo sobre a adesão entre gestantes. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 4, p. e17314, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.4-307>.



SÁ, E.; LEÃO, L.; ARAÚJO, A.; BORGES, M. Influência das fake news na adesão da vacinação infantil contra covid-19. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, n. 3, p. 10709-10723, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n3-181>.

SEYBOTH, M.; BREDÁ, D. Análise da cobertura vacinal no Brasil no período de 2018 a 2024. *Research Society and Development*, v. 14, n. 6, p. e5014648989, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v14i6.48989>.

SILVA, G. et al. Desafios da imunização contra covid-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 3, p. 739-748, 2023.

SILVA, H. et al. Movimento antivacina: o negacionismo durante a pandemia de covid-19. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 7, p. e7986, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.7-001>.

TABORDA, A. et al. Intervenções de enfermagem no combate da hesitação vacinal na primeira infância. *Delos Desarrollo Local Sostenible*, v. 17, n. 62, p. e3303, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n62-163>.

TEIXEIRA, S. et al. O programa nacional de imunização e os principais desafios enfrentados: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, v. 37, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2024.14840>.

VIEIRA, M. et al. Fatores sociodemográficos, clínicos e de assistência pré-natal relacionados à vacinação contra covid-19 em gestantes. *Revista Pró-Universus*, v. 15, n. 1, p. 12-20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rpu.v15i1.3679>.

